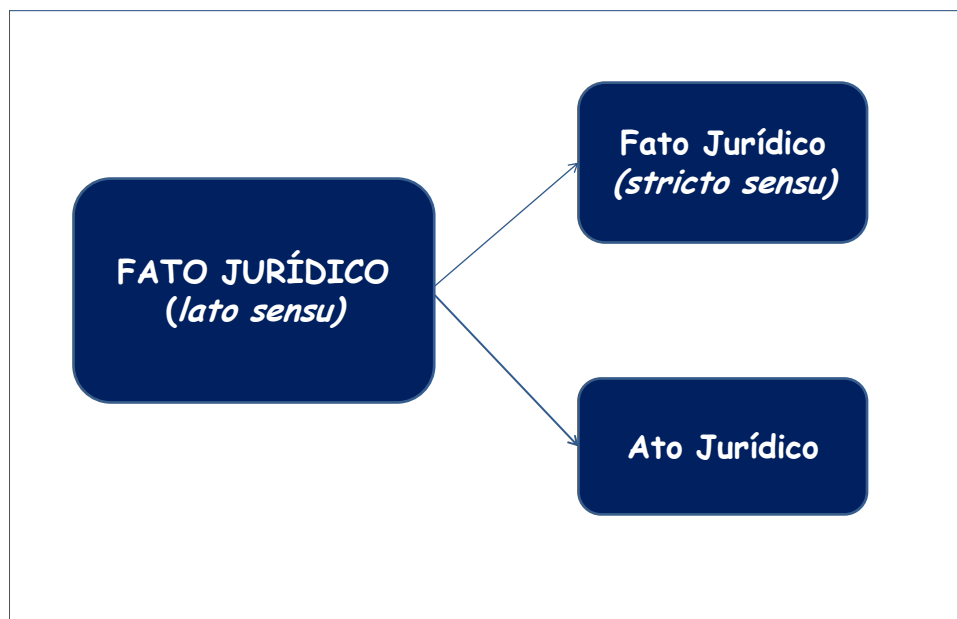


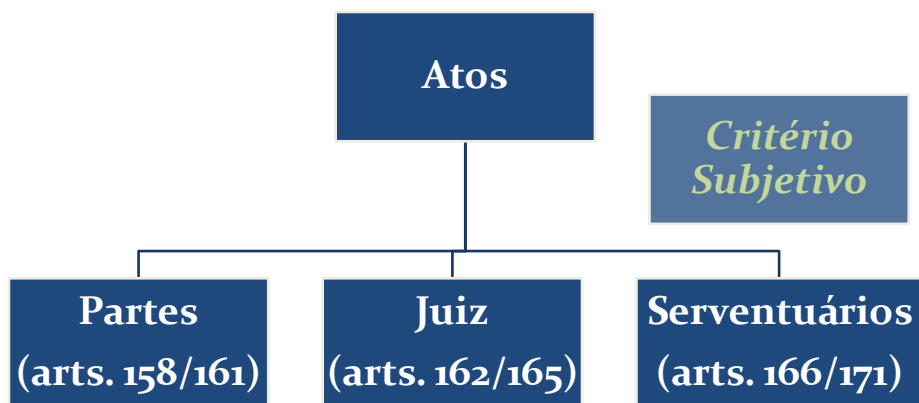
## PLANO DE AULA<sup>i</sup>

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS– UFAM		
CURSO: DIREITO		
PROFESSOR: Especialista Rafael da Silva Menezes		
NÍVEL DE ENSINO: SUPERIOR	PERÍODO: 5º	TURNO: DIURNO/NOTURNO
DATA: 01/07/2013		DURAÇÃO DA AULA: 120 min
TEMA DA AULA: Forma dos Atos Processuais		

## ROTEIRO



## FATO PROCESSUAL



## ATOS DAS PARTES

Postulatórios

Dispositivos

Instrutórios

Reais

**Postulatórios**  
(Pleiteia-se um  
provimento  
jurisdicional)

### Solicitações ao Órgão Jurisdicional

- a) **Requerimentos:** questões processuais  
Ex.: *requerimento para citação do réu*  
*requerimento de produção de prova*
- b) **Pedidos:** diretamente ao mérito da lide  
Ex.: *procedência ou improcedência*  
*reconhecimento da prescrição*  
*arts. 267 e 269, do CPC*



## Dispositivos

Disposição, em prejuízo próprio, de determinada posição processual ativa ou mesmo da própria tutela jurisdicional (Sidnei Amendoeria)

a) Unilaterais

- reconhecimento jurídico do pedido
- cláusula de eleição de foro; confissão

a) Concordantes

- transação
- desistência \*

(Estabilização da Lide  
art. 267, 4o, CPC)



## Instrutórios

Visam contribuir para a formação do convencimento favorável do magistrado em um determinado sentido

a) Alegações

- razões de recurso
- memoriais escritos
- pareceres

a) Atos Probatórios

- laudo pericial
- depoimento pessoal

Atos Reais

**Atos Jurídicos de Evento Físico**  
(*Carnelutti*)

Ex.: *pagamento de custas*

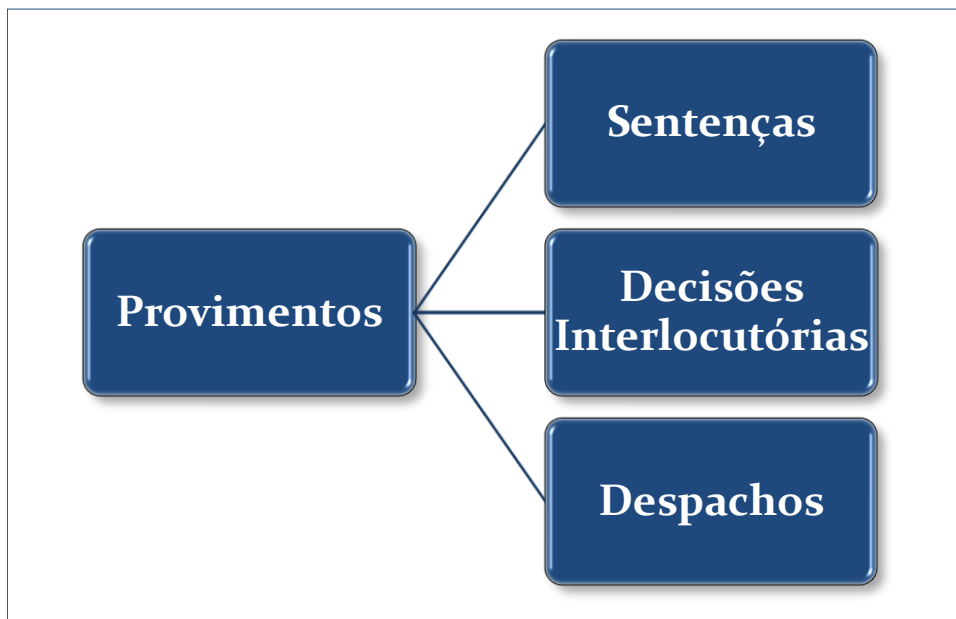
*exibição de documentos*


*depoimento*

## ATOS DO ÓRGÃO JURISDICIONAL

Provimentos

Atos Reais



 <p>Provimentos</p>	<p><b>a) Sentença (art. 162, CPC)</b></p> <p>Conteúdo + Consequencia</p> <p>Ato pelo qual o juiz resolve (definitivas) ou não (terminativas) o mérito da causa.</p>
	<p><b>b) Decisão Interlocutória (art. 162, CPC)</b></p> <p>Ato pelo qual o juiz resolve questão incidente no curso do processo.</p>



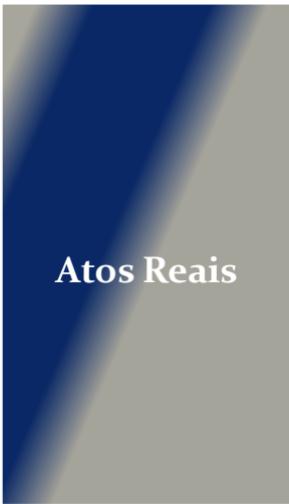
Provimentos

**c) Despachos**

- Atos sem conteúdo decisório
- Relacionados ao impulso oficial
- Conteúdo e não o nome
- Carga lesiva a uma das partes

**d) Acórdãos**

- Decisões Oriundas de Órgãos Colegiados (*decisão monocrática = sentença ou não*)



Atos Reais

**Oitiva de Testemunhas**  
(art. 416, CPC)

**Inspeção Judicial**  
(art. 440, CPC)

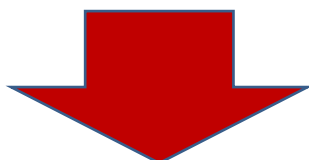
**Informações prestadas em Mandado de Segurança, quando o juiz é autoridade coatora.**  
(*decisões teratológicas; contra as quais não caiba recurso; abuso de poder*)

## ATOS DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

**Movimentação**  
(art. 93, XIV,  
CF/88)

**Documentação**  
(atos servem  
de prova)

**Art. 162, 40. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários (CPC)**



**Sem Caráter  
Decisório**

**"despacho de  
mero  
expediente"  
(redação  
anterior)**

**Remessa dos  
Autos**

**Oficial de Justiça**

- Art. 143, 68º CPC
- Executores Judiciais

**Perito, Intérprete  
Contador**

- Exame, Vistoria, Avaliação
- Art. 420, CPC

**Depositário e  
Administrador**

- Guarda e Conservação de Bens sobre os quais recaia restrição
- Manter atividade e produção (Art. 677, 678, CPC)

**Escrivão**

- Guarda e incolumidade
- Rubrica

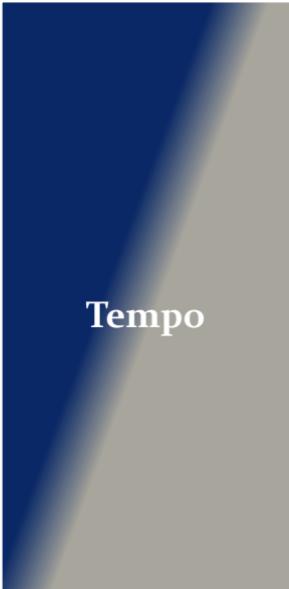
**FORMA DOS ATOS  
PROCESSUAIS**

TEMPO

LOCAL

MODO

PRAZOS



Tempo

a) Devem ser praticados nos dias úteis entre 6 h e 20 h, resguarda a CF/88

Exceções:

- atos iniciados antes, se o adiamento trouxer prejuízo;

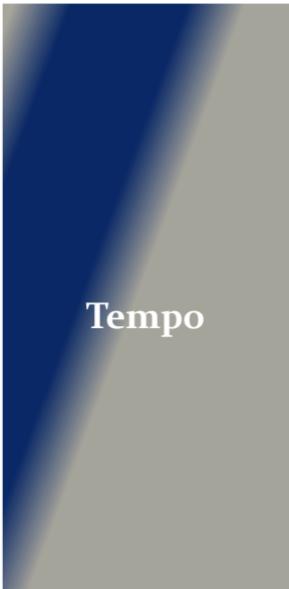
- produção antecipada de provas;

- citação, com o fim de evitar perecimento de direito

- arresto, sequestro, penhora, prisão

*art. 172, 2o, CPC*

*art. 173, CPC*



Tempo

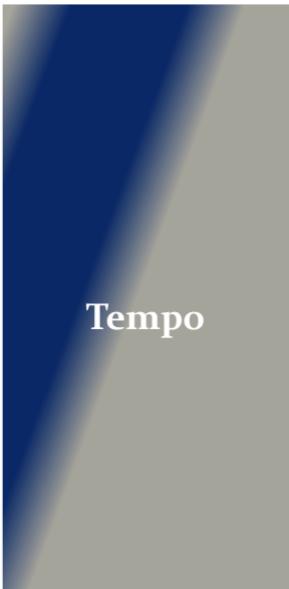
b) Horário de Expediente Forense

- Atos internos

- Atos por petição - art. 172, 3o, CPC)

c) Processo Eletrônico

- Até às 24 h do último dia do prazo



Tempo

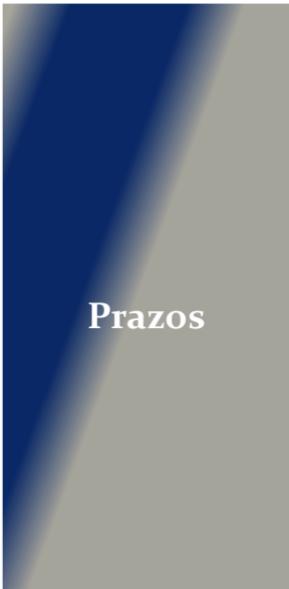
**d) Recesso (antigas férias coletivas)**

- Não há expediente forense ordinário
- Não são praticados atos processuais

Exceções

- *Art. 173 - 175, do CPC*

- *Jurisdição voluntária; Ações Locatícias; Desapropriação; Acidente de Trabalho, Nunciação, p. ex.*



Prazos

**a) Prazo Residual**

5 dias (art. 185, CPC)

**b) São contínuos**

Não são interrompidos por feriados

Exceções:

- *Obstáculo criado pela parte*  
*Morte ; Exceção de Incompetência*  
*(art. 265, I, III, CPC)*
- *Suspensão do Processo*  
*Art. 179, 180, CPC*

Prazos

### c) Prazos Peremptórios

Não podem ser alterados por vontade das partes.

Ex.: *prazo para recorrer*

*prazo para contestar*

*prazo para ajuizar Ação Rescisória*

*art. 182, CPC*

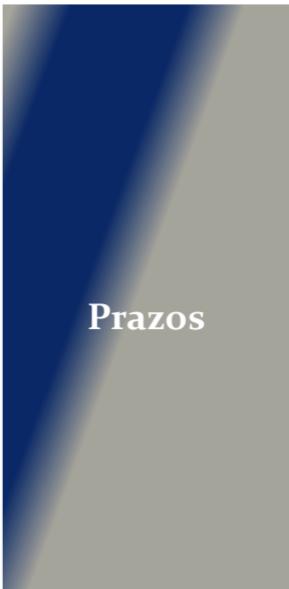
Prazos

### d) Prazos Dilatórios

podem ser alterados por vontade (Acordo) das partes, porque são instituídos em seu benefício

Ex.: *apresentação do rol de testemunhas*  
*apresentação de quesitos ao perito*

Deve ser requerido antes de findo o prazo e deve ser justificado



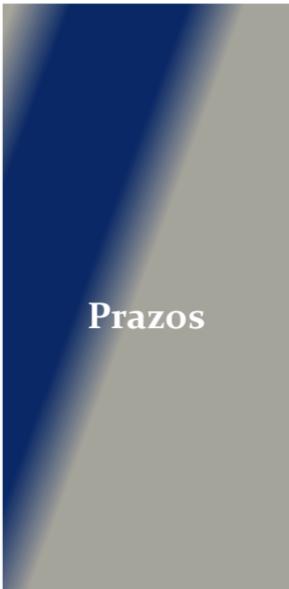
Prazos

**e) Próprios**

Uma vez esgotado o prazo, há a impossibilidade de praticar o ato, salvo justa causa .

Implicam uma consequencia processual (preclusão temporal)

*Ex.: Prazos destinados às partes*



Prazos

**f) Impróprios**

O implemento do prazo fixado não conduz à impossibilidade de praticar o ato

Sanções disciplinares

*Ex.: Prazos destinados ao Juiz, ao MP (fiscal da lei), curador especial (art. 187 c/c 193 - 199, CPC)*

## Prazos

### **g) Prazos Legais**

Fixados pela lei (Art. 177, CPC)

*Ex.: art. 13, CPC*

### **h) Prazos Judiciais**

Podem ser fixados pelo juiz

*Ex.: art. 454, 3º, CPC (memoriais)*

### **i) Convencionais (art. 265, II, CPC)**

### **j) Comuns**

Existem, ao mesmo tempo, para ambas as partes (quesitos; apelação)

### **l) Particulares (art. 191, CPC)**

## Prazos (Contagem)

### **e) Prazos são computados em dias (regra)**

- Horas (art. 630, 652, do CPC)

- Minutos (art. 454, CPC – debates)

- Anos (art. 267, II, CPC)

### **f) Os prazos processuais, em regra, não se interrompem, apenas são suspensos. (art. 180, CPC)**

Exceção: *Recurso de Embargos de Declaração (art. 538, CPC) ver art. 50 da Lei 9.099/95 (JECCrim)*

**Prazos  
(Contagem)**

a) Exclui-se o dia do início (*dies a quo*) e inclui-se o do término (*dies ad quem*).

(art. 132, 40, CPC – prazo em horas)

b) Início e término devem coincidir com dias úteis (Art. 184, 20., CPC)

c) Prorroga-se também: fechamento do fórum ou encerramento antecipado

d) o prazo para recurso começa a fluir a partir da intimação à parte

e) Prazo regressivo

**Prazos  
(Contagem)**

e) Marco Inicial dos Prazos

- **Citação ou Intimação pelo Correio**  
*Juntada aos autos do AR*

- **Citação ou Intimação por Oficial**  
*Juntada aos autos do Mandado*

- **Vários Réus (citação)**  
*Juntada aos autos do último AR ou Mandado citatório cumprido (desistência?)*

**Prazos  
(Contagem)**

- Cartas de Ordem, Precatórias,  
Rogatórias

*Juntada aos autos devidamente  
cumpridas*

- *Citação por Edital*

- *Lei n. 11.419/2006*

**Art. 184. Os prazos somente começam a  
correr do primeiro dia útil após a  
intimação.**

**Art. 192. Quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas.**

**Art. 182. (...) o juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 60 (sessenta) dias.  
Parágrafo único. Em caso de calamidade pública, poderá ser excedido o limite previsto neste artigo para a prorrogação de prazos**

**Art. 183. Decorrido o prazo, extingue-se, independente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.**

Local

**a) Regra: devem ser praticados na sede do juízo (Art. 176, CPC)**

*Exceções: natureza e disposição legal*

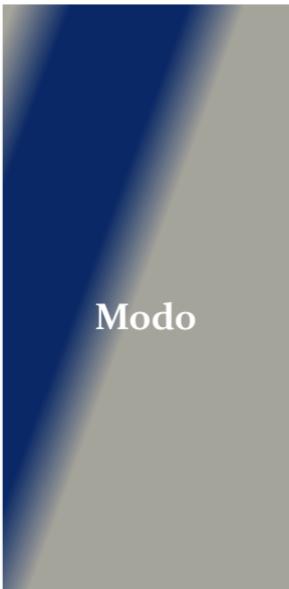
- absoluta necessidade ou efetividade
- deferência (art. 411, CPC)
- Penhora
- citação, intimação, notificação
- Inspeção judicial

# Modo dos Atos Processuais

Modo

## a) Princípio da Liberdade das Formas

- Legalidade Instrumental
- Não solenes (art. 154, CPC)
- Obrigatório o uso do vernáculo (art. 156, CPC)



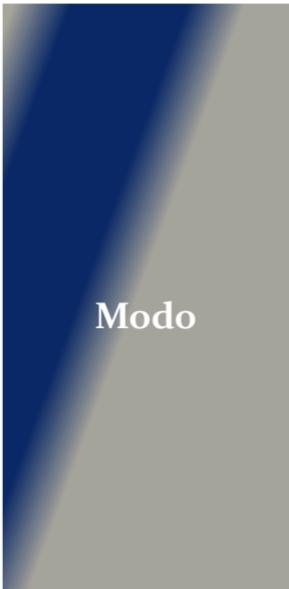
Modo

- Língua estrangeira (tradutor juramentado, segundi a LRP, a não ser que tenham sido autenticados por autoridade consular - STF)

-\*latim

-Art. 157, do CPC

- Proibição de cotas marginais ou interlineares (multa - obrigação fiscal)



Modo

### c) Princípio da Documentação

Atos devem ser praticados por escrito

Oral: Reduzidos a termo escrito  
(*Princípio da Imediação*)

Modo

**d) Princípio da Publicidade**

Publicidade Ampla (ex.: arrematação)

Publicidade restrita (art. 155, CPC)

Restrição: casamento, filiação, separação, alimentos e guarda de menores (art. 9º, Lei 9.278/96)

Estatuto dos Advogados: Lei 8.906/04

Estatuto da Criança e do Adolescente

Modo

**b) Princípio da Instrumentalidade das Formas (*Princípio da Determinação Racional do Nulo – Pontes de Miranda*)**

Finalidade Alcançada + Ausência de Prejuízo

Ex.: art. 514, II, CPC (apelação)

Art. 50, LX – a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem (Constituição Federal)

Art. 93, IX – todos os julgamentos (...) serão públicos (...) sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença (...) às próprias partes e seus advogados, ou somente a estes (...) direito à intimidade do interessado não prejudique o interesse público à informação

Modo

e) Lei 9.800/99 (fax ou email)

- Quinquídio
- Preclusão Consumativa  
*(impede a repetição do ato)*
- Antecipação do termo final
- Litigância de Má Fé
- Aplica-se o art. 172, 2º, CPC

## Atos Processuais por Meio Eletrônico

**Art. 154, par. Único, 169 CPC  
(Lei 11.280/2006)**

**Art. 541, par. único, CPC  
(Lei 11.341/2006)**

**Art.8º Lei 11.419/06,,**

### 4. Extras

- a) Sentença proferida ou intimada nas férias, em feito que não tenha curso no período, entende-se publicada no primeiro dia útil subsequente (Luiz Fux)
- b) É nulo o julgamento de apelação realizado durante o período de férias coletivas, referente a processo que nele não tem curso, porquanto o prejuízo à parte decorre da impossibilidade de sustentar as suas razões (Luiz Fux)

#### 4. Extras

c) Art. 188, CPC

Computa-se em quádruplo o prazo para contestar

Computa-se em dobro o prazo para recorrer

Fazenda Pública (empresas e sociedades não!)

Ministério Público (qualquer função)

DPU/DPE = em dobro para contestar e para recorrer

d) Litisconsortes com procuradores diferentes  
prazo em dobro (art. 191, CPC)

#### 4. Extras

e) O prazo para recorrer inicia-se a partir da intimação.

f) Restituição Extemporânea dos Autos

Riscar/Desentranhar

Falta disciplinar

Após a intimação (24 h) : multa + perda do direito de vista fora do cartório

g) Art. 179, CPC e a EC 45/2004 (art. 93, XII, CPC)  
Resolução 8 CNJ

#### 4. Extras

h) A suspensão convencional do processo (Art. 265, II) não conduz à suspensão do prazo)

i) Prazos Regressivos: art. 407, caput, CPC)

j) Súmula 179/STJ

#### 4. Extras

**l) Prazo Comum e Carga dos Autos**

Art. 40, 2º, CPC

**m) Preclusão Temporal e Justa Causa**

5 dias após o impedimento (STJ/2008)

**n) Cumulação dos Benefícios dos arts. 191 e 188 CPC**

Não são acumuláveis, afasta-se o art. 191, CPC

#### 4. Extras

**o) Art. 188, CPC e OAB**

Aplicação (serviço público *sui generis*)

**p) Art. 191, CPC e ato procesual exclusivo**

**q) “Tratando-se de intimação para comparecimento da parte à Audiência de Conciliação incide a regra do art. 192 do CPC não se aplicando a regra do art 185 do Código de Processo Civil” (STJ/2009)**

#### 4. Despacho Liminar (José Carlos Barbosa Moreira)

**a) Despacho Liminar de Conteúdo Positivo**  
**- *decisão interlocutória***

**a) Despacho Liminar de Conteúdo Negativo**  
**- *sentença***

**a) Despacho Liminar de Conteúdo Neutro**  
**- *irrecorrível, salvo se causar lesão (STJ)***

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALVIM, Eduardo Arruda. *Direito Processual Civil*. São Paulo: RT, 2010.  
CAMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil Vol. 1*. Editora Atlas, 2013.  
DIDIER, Fredie, *Direito Processual Civil*. Vol 1. Editora Jus Podivm.  
DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. Vol1. Malheiros: 2013.

GRECO, Leonardo. Instituições de Processo Civil. Vol. 1. Forense, 2012.  
TALAMINI, Eduardo. WAMBIER, Luis Rodrigues. Curso Avançado de Direito Processual Civil. Vol.1, Editora RT, 2013.  
MEDINA, Miguel Garcia. ALVIM, Teresa Arruda. Processo Civil Moderno. Parte Geral e Processo de Conhecimento. Vol. 1, Editora RT, 2012.  
MONTENEGRO FILHO, Misael Montenegro. Código de Processo Civil Comentado. 2ª Ed. Atlas, 2013.  
MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil*. Processo de Conhecimento. 11. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MARINONI, A segurança dos atos jurisdicionais. Disponível em [www.processoemdebate.com](http://www.processoemdebate.com)  
MOREIRA, José Carlos. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. Editora Gen. 2013.

---

<sup>i</sup> ESTE PLANO DE AULA NÃO CONTEMPLA TODOS OS ASSUNTOS TRATADOS EM SALA DE AULA. TRATA-SE APENAS DE UM MATERIAL COMPLEMENTAR, QUE VISA TORNAR MAIS EFICIENTE O DIÁLOGO ESTABELECIDO EM SALA DE AULA, INDICANDO OS TÓPICOS A SEREM TRATADOS.